



Índice

- 01** Mais 27 quilombos são reconhecidos e poderão ter melhorias em moradia, saúde e educação
- 02** Mais de 40 mil vagas estão disponíveis para cursos profissionalizantes do Pronatec Campo
- 03** Agricultores recebem R\$ 34,3 milhões para aumentar a produção
- 04** Seir e parceiros promovem audiências públicas sobre plano para comunidades de matriz africana
- 05** Tradição e Contemporaneidade no Seminário Mulher e Cultura
- 06** Boletim Mundo: Reportagem preconceituosa e anti-indígena concorre a Prêmio Esso
- 07** Movimento Indígena de Rondônia denuncia repressão ao Povo Tenharim
- 08** Sedihc debate situação da tribo indígena Canabrava
- 09** Rondônia: Justiça Eleitoral envia urnas a comunidades indígenas e quilombolas
- 10** Aldeias indígenas de Barra do Garças registram presença maciça nas urnas
- 11** Roraima entrega maioria das urnas para comunidades indígenas e ribeirinhas
- 12** Tapajós: hidrelétricas, infraestrutura e caos
- 13** 'Hoje somos considerados cidadãos', diz cacique terena



- 14 Adolescentes matam indígena por vingança em Dourados
- 15 Petista é preso por transportar indígenas para votar
- 16 Dilma Rousseff e o PT estão reeleitos. Como fica a Questão Indígena?
- 17 Denúncias infundadas atrasam atendimento a ribeirinhos da região do Taquari
- 18 Indígenas caminham até 3 Km para votar em cidade no interior do AM
- 19 TRE de Roraima estima que 17 mil indígenas devem votar hoje
- 20 Aprovada emenda que isenta Terras Quilombolas do ITR
- 21 Encontro discutirá a educação escolar quilombola
- 22 Paraná reconhece seu primeiro território quilombola
- 23 Cacique Terena não vota mais no PT: "Não foi cumprida a promessa de demarcar as terras indígenas", diz
- 24 Conselho Aty Guasu manifesta repúdio sobre decisão do STF que coloca em risco a demarcação de terras indígenas
- 25 Mensagem da XX Assembleia do Cimi Regional Goiás-Tocantins
- 26 Fazendeiro ameaça comunidade quilombola na Matinha
- 27 Jsutiga Federal suspende ampliação da Terra Indígena Manoki-Irantxe, no Mato Grosso
- 28 Reserva Indígena de Dourados têm déficit de 1,7 mil moradias dignas
- 29 Gilberto Carvalho diz que o próximo governo de Dilma Rousseff precisa acelerar as demarcações de terras indígenas



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2014

Brasília, 28 de outubro de 2014.

-
- 30** [Governo entrega títulos de terra a famílias de áreas remanescentes de quilombos da Baixada Maranhense](#)

 - 31** [Mantida liminar que impede financiamento em área de quilombolas](#)

Mais 27 quilombos são reconhecidos e poderão ter melhorias em moradia, saúde e educação

SÍTIO PLANETA OSASCO, 24.10.2014



Lago do Sapateiro em Guimarães, no Maranhão, foi um dos quilombos certificados. Foto: divulgação.

O Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, certificou mais 27 comunidades remanescentes de quilombos em três estados – Maranhão, Bahia e Minas Gerais. Com as novas certificações o número de quilombos reconhecidos chega a 2.433, com previsão de que mais de 2.500 sejam reconhecidos até dezembro.

A autodefinição validada pela instituição é a primeira etapa do processo de titulação dos territórios quilombolas. É também uma salvaguarda à cultura, à preservação dos saberes e à valorização da história dessas populações. A partir dela, famílias que compõem quilombos passam a ter acesso a direitos fundamentais garantidos pelo governo federal. Entre eles, melhorias nas áreas de moradia, saúde e educação.

Desenvolvimento

Vítima em situação de conflito, o quilombo São Sebastião, localizado no município de Patos de Minas (MG), é constantemente ameaçado por fazendeiros que se dedicam ao desmatamento para composição de pastos e criação de gado. Com a certificação, a população constituída por 89 habitantes passa demonstrar mais segurança quanto à própria identidade e a ter argumento respaldado pelo governo no enfrentamento a esses conflitos.

De acordo com João Batista e Euzália Lopes Silva, lideranças da comunidade, o documento terá fundamental importância no sentido de quebrar questionamentos dos fazendeiros em relação aos direitos territoriais dos quilombolas. “A partir de agora teremos mais forças e poderemos nos organizar e elaborar estratégias de desenvolvimento para um futuro próximo”, disse Euzália.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2014

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Conheça as comunidades certificadas por estado

Bahia: Baraúnas de Dentro e Lages do Batata, localizadas na cidade de Jacobina.

Minas Gerais: São Sebastião, no município de Patos de Minas.

Maranhão: Carapirá, Lago do Sapateiro e de São Vicente, na cidade de Guimarães; de Cedreiro e Simauma, Ponta do Curral, São José e São Miguel do Povoado Querés, em Penalva; Campinho, Deus Bem Sabe, Luciana, Malungos de Olho D'Água, Paxibal em Serrano do Maranhão; Tanque da Rodagem e São João no município de Matões; Cuba e Sudário, no município de Pinheiros; Malhada dos Pretos e Santa Cruz, em Peri-Mirim; Sassuy, em Bequimão; Pericaú, em Cedral; Acre, em Cururupu e Rio do Curral, Mirinzal e Castelo, em Monção.

Fonte: Fundação Cultural Palmares.



Mais de 40 mil vagas estão disponíveis para cursos profissionalizantes do Pronatec Campo

SÍTIO RÁDIO PROGRESSO DE IJUÍ, 24.10.2014

Fortalecer as capacidades produtivas e gerenciais no campo com ampla oferta de cursos para diferentes públicos do meio rural. Este é o principal objetivo do Pronatec Campo que neste segundo semestre de 2014 oferece 40.934 vagas para 130 cursos de educação profissional e tecnológica. Do total, 4.485 vagas são destinadas aos cursos de agroecologia e produção orgânica. As inscrições já estão abertas e os interessados devem se informar sobre os cursos ofertados e como fazer o cadastro na delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do estado.

O público-alvo são agricultores e agricultoras familiares, jovens, povos e comunidades tradicionais, assalariados e assentados da reforma agrária. A metodologia do Programa intercala um período de convivência na sala de aula e outro no campo. Alguns dos cursos disponíveis para este semestre são: horticultor orgânico; agricultor familiar; auxiliar de agropecuária; avicultor; agricultor orgânico; fruticultor; operador de computador; bovinocultor de leite; preparador de doces e conservas; entre outros.

A iniciativa faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e integra o Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo) do Governo Federal. A oferta de vagas é realizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), com apoio do MDA.

Como inscrever

Os interessados devem procurar as delegacias do MDA para se informar sobre os cursos ofertados no estado e verificar disponibilidade de vaga para o semestre. As delegacias fazem a pré-matrícula. Os alunos terão até sete dias para ir à instituição de ensino e confirmar a matrícula. O prazo de inscrição depende de cada curso.

Caso sobrem vagas, será aberta inscrição online e qualquer pessoa poderá se cadastrar pelo portal do Pronatec do MEC. Entretanto, a inscrição deve ser feita dez dias antes do início do curso.

Pronatec Campo 2014

No primeiro semestre deste ano, foram realizadas 10.414 matrículas em 42 cursos do Pronatec Campo, apoiados pelo MDA. Os Institutos Federais, as escolas vinculadas às universidades federais, redes estaduais e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) oferecem os cursos em todo o País. São 6.776 alunos já matriculados em 78 cursos distribuídos em 399 turmas.



Agricultores recebem R\$ 34,3 milhões para aumentar a produção

SÍTIO PORTAL BRASIL, 24.10.2014

Mais de 36 mil famílias receberão o incentivo financeiro. Além disso, os beneficiados também vão receber assistência técnica

Neste mês de outubro, R\$ 34,3 milhões serão destinados a 36.569 famílias de agricultores familiares para aumentar a capacidade produtiva de seus empreendimentos, informou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nesta sexta-feira (24).

Do total, quase oito mil famílias foram incluídas no programa neste mês e irão receber a primeira parcela dos recursos para investimento em projetos produtivos, com a finalidade de aumentar a produção, a qualidade e o valor do plantio e da criação de animais.

Na ação, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com o (MDA), cada família recebe R\$ 2,4 mil para investir nos projetos. Até setembro, mais de 123 mil famílias de agricultores familiares em situação de extrema pobreza foram incluídas na iniciativa.

Além do incentivo financeiro, os beneficiados vão receber assistência técnica. Famílias pertencentes a povos e comunidades tradicionais, incluindo etnias indígenas no Rio Grande do Sul, recebem recursos e são acompanhadas pelos agentes de assistência técnica e extensão rural para desenvolverem seus projetos.

Os recursos não são reembolsáveis e são transferidos diretamente às famílias por meio do cartão do programa de transferência de renda do governo federal. O pagamento dos recursos financeiros do Programa de Fomento segue o cronograma do programa de transferência de renda.

Fonte:Ministério do Desenvolvimento Agrário



Seir e parceiros promovem audiências públicas sobre plano para comunidades de matriz africana

SÍTIO MARANHÃO 180, 24.10.2014

O Maranhão dará um novo passo rumo ao desenvolvimento das comunidades tradicionais de matrizes africanas. No dia 31 de outubro, será realizada em São Luís a primeira audiência pública sobre o I Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, que acontecerá no auditório da Associação Comercial do Maranhão, localizada na Praça Benedito Leite, no Centro, das 8h às 16h, em São Luís.

O objetivo é garantir a participação das comunidades e ampliar o debate sobre as propostas que compõem o plano. As audiências serão coordenadas pela Comissão Estadual para elaboração do plano, composta por representantes das secretarias de Estado da Igualdade Racial (Seir), Saúde (SES), Segurança Pública (SSP).

Publicado Por: Igor Leonardo



Tradição e Contemporaneidade no Seminário Mulher e Cultura

SÍTIO TRIBUNA DA BAHIA, 24.10.2014

Mesas de debate, apresentações culturais e rodas de diálogo, tendo como principal objetivo fortalecer ações culturais realizadas por mulheres ou sobre mulheres.

As atividades integrarão a programação do Seminário Nacional Mulher e Cultura, que acontece em Salvador, entre os dias 28 a 31 de outubro.

Com o tema "Mulher, Tradição e Contemporaneidade", a conferência de abertura será ministrada por Mãe Beata de Yemanjá (Ilê Omi Oju Arô) e pela Cacica Maria das Dores Florência de Jesus, da tribo Pataxó, no dia 29, às 10h, na sala Walter da Silveira, no Complexo Cultural dos Barris.

A Conferência trará os ensinamentos de Mãe Beata de Yemanjá (Ilê Omi Oju Arô), natural de Cachoeira do Paraguaçu, no Recôncavo Baiano, e fundadora da Comunidade de Terreiro Ilê Omi Ojú Arô (Casa das Águas dos Olhos de Oxóssi), em Nova Iguaçu- RJ, onde iniciou um reconhecido trabalho de fortalecimento da cultura afro-brasileira, combatendo o racismo, machismo e a intolerância religiosa.

O olhar indígena sobre tradição e contemporaneidade será trazido pela Cacica Maria das Dores Florência de Jesus, da aldeia Juerana, em Coroa Vermelha-Bahia.

A cacica, que atua em prol da garantia dos direitos dos povos tradicionais e seus territórios, é presidente do Conselho de Caciques Pataxó e Tupinambá e integra o Conselho de Saúde Indígena de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia.

A mediação da conferência ficará por conta de Nádia Tupinambá, indígena do Território Sul da Bahia e ex-conselheira de Cultura do Estado baiano.

SNMC

O evento pretende reunir jornalistas, pesquisadoras, artistas, empreendedoras e militantes da área cultural para promover reflexões e debates sobre as ações e os espaços de visibilidade das mulheres em alguns segmentos da Cultura.

Toda programação pode ser consultada [aqui](#).

Este evento integra a programação do Seminário Nacional Mulher e Cultura, que acontece entre os dias 28 a 31 de outubro, no Complexo Cultural dos Barris, e reunirá agentes de todo o Brasil para debater ações e os espaços de visibilidade das mulheres em alguns segmentos da Cultura.



Boletim Mundo: Reportagem preconceituosa e anti-indígena concorre a Prêmio Esso
SÍTIO CIMI, 24.10.2014

Após publicar série de reportagens discriminatórias contra os Guarani da Terra Indígena, Morro dos Cavalos (SC), o jornal Diário Catarinense foi indicado a concorrer o 59º Prêmio Esso de Jornalismo, pela reportagem "Terra Contestada", divulgada entre os dias 7 a 11 de agosto.

Em um especial dividido em cinco partes, os jornalistas afirmam que os indígenas Guarani são o principal empecilho e responsáveis pelo atraso nas obras de duplicação da BR-101- rodovia que corta a terra indígena- e que a não-duplicação da BR gera atrasos e impactos na economia. "Não somos contra a duplicação, mas queremos entender como isso vai acontecer, pois a terra indígena é nossa casa", apontou durante visita em Brasília, a cacique Eunice Guarani de Morro dos Cavalos. Esta semana a cacique enviou um ofício ao Ministério Público Federal pedindo direito de resposta, mas até o momento o MPF não se manifestou.

Com argumentos levianos, os jornalistas constroem um discurso preconceituoso e discriminatório ao dizer que a luta pela demarcação do território Guarani é conduzida por "agentes externos", desconsiderando assim, o protagonismo dos indígenas pelo reconhecimento de sua terra.

A reportagem usa como fonte o antropólogo, Edward Luz, banido da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), principal instituição científica do país na área e não se dispôs a ouvir a cacique da aldeia ao contar a versão dos indígenas, mas o Guarani, Milton Moreira, que não mora no território e cujos argumentos são desmentidos pelos moradores da região.

O desserviço ao jornalismo também é visível ao desconsiderar os verdadeiros interesses econômicos de especuladores interessados na Terra Indígena, Morro dos Cavalos, o território ainda hoje aguarda pela homologação da presidência da República.

O direito à comunicação e informação com qualidade é um dos pilares da democracia, tal como previsto na Constituição, a postura parcial do veículo confunde o leitor que não tem familiaridade com o assunto. Assumir a comunicação como direito humano significa reconhecer o direito de todas as pessoas de ter voz e de se expressar, princípio ético que a reportagem viola ao não escutar os indígenas da TI Morro dos Cavalos. Não é de hoje que a campanha anti-indígena vem sendo colocada em prática pelo jornal contra o povo Guarani.

*Se você acha que a reportagem não merece esse prêmio, escreva:
"ESSO NÃO! Sou contra premiarem reportagens anti-indígenas!"
E envie para e-mail para: rp.consultoria@rpconsult.com.br*

A notícia faz parte do Boletim O Mundo que nos Rodeia. Para recebê-lo ou enviar sugestões, basta enviar mensagem ao e-mail mundo@cimi.org.br

[Para saber mais.](#)

Movimento Indígena de Rondônia denuncia repressão ao Povo Tenharim
SÍTIO JORNAL DE HUMAITÁ, 24.10.2014



Lideranças da Articulação do Movimento Indígena de Rondônia, noroeste do Mato Grosso e sul do Amazonas, em visita aos Povos Tenharin e Jiahui no sul do Amazonas, denunciam que a repressão a estes povos continua e de forma cada vez mais contundente.
Fonte: Divulgação.

Lideranças da Articulação do Movimento Indígena de Rondônia, noroeste do Mato Grosso e sul do Amazonas, em visita aos Povos Tenharin e Jiahui no sul do Amazonas, denunciam que a repressão a estes povos continua e de forma cada vez mais contundente.

Em visita às Aldeias Bela Vista (Jiahui) até o Mafuí (Tenharin), entre os dias 17 a 19 de outubro, as lideranças encontraram estes povos acudados nas aldeias. Este sentimento foi compartilhado pela equipe composta de quatro pessoas ainda na travessia da balsa em Humaitá, quando um indivíduo fez questão de fotografar a equipe e o carro que utilizava, retornando em seguida para um aglomerado de pessoas que conversavam apontando para estes, o que os deixou inseguros. A situação é grave:

Nas aldeias, nos três dias de convivência e reuniões, o relato de diversas pessoas dá conta de que o medo e a insegurança rondam as comunidades. Ninguém se sente seguro em andar pela rodovia ou fazer compras no Km 180 e mesmo em Humaitá, onde ameaças de morte a lideranças foram registradas em boletim policial;

De um povo livre, hoje os Jiahui e Tenharin externam sentimento de isolamento por parte da sociedade local e pelos órgãos governamentais que até agora NÃO IMPLANTARAM as barreiras de fiscalização para os veículos que transitam pela Transamazônica, que corta o território desses povos. Poucos são os não-indígenas que dialogam com os indígenas, com receio de repressão;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2014

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Os cinco Tenharin detidos acusados da morte dos três não-índios no final do ano passado continuam em prisão pública, mesmo que a lei brasileira conceda o direito ao habeas corpus, negado a todos eles. Eles relataram a familiares que se sentem ameaçados por estranhos que transitam na unidade prisional;

Por fim, as lideranças do Movimento Indígena Regional afirmam que estão acompanhando de perto a situação e denunciando junto aos órgãos públicos e imprensa a violação de direitos dos quais os Jiahui e Tenharin são vítimas, ao mesmo tempo em que ocorre de forma intensa o avanço do agronegócio, da soja e boi ao longo da BR Transamazônica, do KM 180 rumo a Apuí e Jacareacanga, onde o trânsito de camionetas de luxo com placas do Mato Grosso é intenso; e

O avanço do poder econômico do agronegócio é sinal inequívoco de que seus interesses se sobrepõem com força na região, produzindo estratégias ofensivas aos direitos indígenas, reprimidos e acuados em seu próprio território.

Fonte: Comissão de Articulação do Movimento Indígena de RO, noroeste do MT e sul do AM.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2014

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Sedihc debate situação da tribo indígena Canabrava

SÍTIO MARANHÃO 180, 25.10.2014

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc) mediou debate sobre denúncia recebida pelo Ministério Público Federal (MPF) em relação à situação de vulnerabilidade da tribo indígena Canabrava, localizada em cidades do interior do Maranhão. O objetivo foi reunir órgãos competentes para entender o caso e elaborar um plano de ação para tratar das violações de direitos sofridas pelos indígenas.

A primeira denuncia recebida pelo MPF foi de que jovens e adolescentes indígenas estavam pedindo esmola às margens da BR 226, caracterizando estado de mendicância.

Publicado Por: Igor Leonardo



Rondônia: Justiça Eleitoral envia urnas a comunidades indígenas e quilombolas
SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 25.10.2014

Quarenta urnas foram enviadas hoje (25) de avião para a região da Ponta Abunã, no extremo oeste de Rondônia. Elas serão distribuídas nos distritos de Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre do Abunã, que pertencem ao município de Porto Velho, mas ficam a mais de 300 quilômetros (km) do centro.

A possibilidade de conflitos na região levou a Justiça Eleitoral a optar pelo transporte aéreo desses equipamentos. "Tivemos problemas de ameaças de fechamento da BR, que é a via que dá acesso ao estado do Acre. Então as notícias eram de possibilidade de fechamento dessas vias. Nós tivemos também uma ameaça de atrapalhar a votação, de danificar escolas", relata Lia Maria Araújo Lopes, coordenadora de segurança das eleições em Rondônia.

O motivo dos possíveis conflitos é o veto do governo federal ao projeto de lei que criaria novos municípios na região. A população já havia decidido, em plebiscito, pela emancipação desses territórios, em 2010. "É uma localidade que fica longe de Porto Velho. É muito distante para os serviços essenciais e eles ficam muito desassistidos. A ausência do Estado, nesse sentido, cria essa instabilidade", completa Lia.

Para fazer o patrulhamento e garantir a realização do pleito no domingo em regiões de possível conflito, foi enviado também um reforço da Polícia Rodoviária Federal e um contingente de 1,5 mil homens do Exército, segundo informações do TRE.

O transporte aéreo também vai levar urnas de votação a duas comunidades indígenas e a uma comunidade quilombola. Elas ficam nas localidades de Santo André e Rio Negro Ocaia, que pertencem ao município de Guajará-Mirim e ficam a 110 km e 150 km de distância da capital, respectivamente, e na localidade de Pedras Negras, em Costa Marques, a 760 km de Porto Velho. O acesso convencional a essas regiões fica comprometido nesta época do ano, quando os rios estão rasos demais para a navegação. Com a estrutura necessária, 752 eleitores poderão votar nessas comunidades. Os boletins de urnas serão enviados via satélite ao TRE de Rondônia.



Aldeias indígenas de Barra do Garças registram presença maciça nas urnas
SÍTIO CENÁRIO MT, 25.10.2014

Um dos marcos das Eleições Gerais de 2014 na região de Barra do Garças/MT (500 Km de Cuiabá) foi o maciço comparecimento dos eleitores indígenas às urnas no primeiro turno. "O índice de abstenção verificado em 05 de outubro, primeiro turno, foi baixíssimo entre os índios. Nossa expectativa é que este fato se repita na votação de amanhã", pontua o juiz eleitoral da 47ª Zona Eleitoral do município, Bruno D'Oliveira Marques.

A eleição em Barra do Garças é um desafio, conforme avaliação de Bruno D'Oliveira. Os principais problemas são as dificuldades de acesso, como as encontradas na aldeia Namukura, onde só se chega de camionete traçada, devido ao longo trecho de estrada não pavimentada. Também há as aldeias distantes. A Sangradouro, por exemplo, está localizada a 225 km de Barra do Garças, bem próximo de Primavera do Leste.

O juiz eleitoral destaca que o sucesso das Eleições no município foi por conta da dedicação dos órgãos públicos e cidadãos, que se juntaram com objetivo de desenvolver o processo eleitoral e a democracia no País "Foi uma grande massa de pessoas envolvidas, que trabalharam de mãos dadas, desenvolvendo com competência este processo que é tão importante para a democracia. É um trabalho conjunto da Justiça Eleitoral, polícias Civil, Militar e Federal, Exército, instituições públicas e sociedade".

A 47ª ZE abriga cinco aldeias, três em Barra do Garças e duas em General Carneiro. Do total de 6.600 indígenas da região, aproximadamente dois mil estão aptos a votar. O cartório eleitoral trabalha em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para garantir a tranquilidade das eleições nestes locais de votação.

Adilvan de Sousa Lopes é uma das servidoras da Funai que ajudaram a organizar o pleito eleitoral no município. Trabalhando pela terceira vez em eleição, ela se disse orgulhosa por contribuir com a democracia. "Nós orientamos os indígenas sobre a escolha consciente do governante, que exercendo o papel de cidadão ele pode melhorar o município e o País. O índio se sente mais tranquilo com nossa presença. Ele nos conhece, confia no que dizemos a ele. Temos também a responsabilidade de fazer com que estes eleitores estejam em dia com a Justiça Eleitoral".

Exercendo a função de motorista durante as Eleições, o Xavante Sabino Elias Umnhati Tsirobo ficou responsável por levar alimentos, equipamentos e a equipe do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) para a Escola Estadual Dom Filippo Rinaldi, localizada na aldeia São Marcos, próxima a General Carneiro, em local de fácil acesso. "O transporte foi tranquilo, em estrada boa, sem atoleiro. Também fiz um trabalho de orientação, ajudando aqueles que não sabem ler", explica o Xavante, que trabalhou no pleito pela primeira vez este ano.

CONT.



Tecnologia – Nas cinco aldeias indígenas e cinco distritos que fazem parte da jurisdição da 47ª ZE o uso da tecnologia via satélite por meio dos Bgans é indispensável. Sem o equipamento não seria possível a totalização em uma hora e meia, tempo gasto em Barra do Garças no primeiro turno. Dos 41.573 mil eleitores do município, aproximadamente 8.500 mil são de comunidades rurais de General Carneiro, Ribeirãozinho e Torixoréu. Já os dois mil eleitores indígenas fazem parte das aldeias Sangradouro, Namukura, Nossa Senhora do Guadalupe, São Marcos e Meruri.

Urnas - Na tarde de sexta-feira (24/10) foi finalizado o trabalho de conferência visual das 75 urnas da 47ª ZE de Barra do Garças. A cerimônia de carga e lacre foi realizada no dia 17 de outubro. No primeiro turno o cartório eleitoral não enfrentou nenhum problema grave com as máquinas e nenhum equipamento precisou ser substituído. O deslocamento das urnas para os locais de votação será realizado neste sábado (25/10).



Roraima entrega maioria das urnas para comunidades indígenas e ribeirinhas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.10.2014

Graziele Bezerra – Enviada especial do Radiojornalismo/EBC

A entrega das urnas eletrônicas para as comunidades indígenas e ribeirinhas de Roraima começou ontem (24). Quase todas as 56 localidades indígenas receberam as máquinas. Apenas as comunidades no sul do estado ainda não foram atendidas. O mau tempo na região impediu o voo das equipes do Exército que trabalham na distribuição das urnas.

As atividades devem recomeçar hoje, às 7h, e terminar até o início da tarde. Em todo o estado serão distribuídas 1.310 urnas eletrônicas. Mais 250 máquinas ficarão de reserva no dia das eleições. No primeiro turno, 18 urnas apresentaram defeito. Dessas, 14 foram na capital Boa Vista.

Em Roraima, menor colégio eleitoral do Brasil, existem 1.059 seções para atender a 299.441 eleitores. O eleitorado da capital corresponde a 65% de todo o estado.



Tapajós: hidrelétricas, infraestrutura e caos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.10.2014

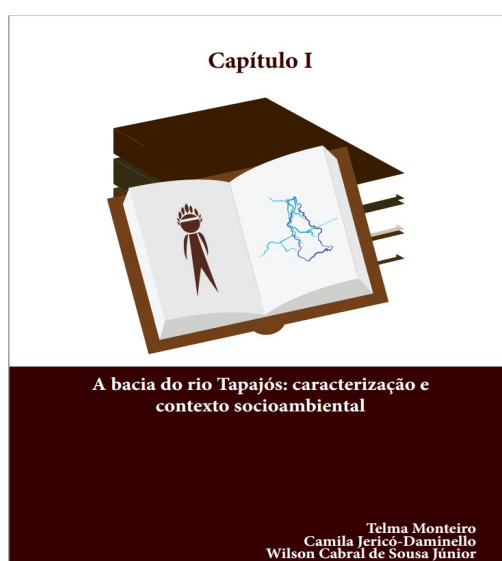
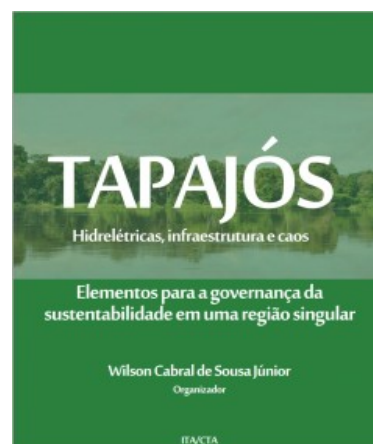
Telma Monteiro

O livro Tapajós: hidrelétricas, infraestrutura e caos. Elementos para a governança da sustentabilidade em uma região singular já está disponível para download. Clique [AQUI](#) para baixar.

Organizado por Wilson Cabral de Souza Junior, conta com a participação de vários autores e faz uma análise acurada dos planos do governo de construir hidrelétricas na bacia hidrográfica do rio Tapajós.

“Das três terras indígenas, duas – Munduruku e Sai Cinza – serão diretamente afetadas pelos impactos previstos com a construção de hidrelétricas no rio Tapajós e uma, a Kayabi, que acompanha o rio Teles Pires por 280 km, sofrerá impactos indiretos. O município de Jacareacanga, localizado no curso alto

do Tapajós, é considerado uma “cidade” indígena com 60% de seu território cercados pelas terras dos Saí Cinza, Mundurucânia, Kayabi e Munduruku. A Terra Indígena Munduruku é a maior e ocupa 12% da bacia do Tapajós.”





'Hoje somos considerados cidadãos', diz cacique terena

SÍTIO ESTADO DE MINAS, 26.10.2014

Agência Estado

Campo Grande - "Hoje é o único dia em que somos considerados cidadãos como os outros", disse a índia terena Enir da Silva Bezerra, cacique da aldeia Marçal de Souza, em Campo Grande (MT), quando se preparava para votar na manhã deste domingo. A comunidade é a primeira aldeia indígena urbana do Brasil e tem 720 indígenas moradores, dos quais cerca de 400 são eleitores.

Militante indígena que conheceu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva num dos primeiros congressos realizados pelo PT em São Paulo, ela não vota mais no partido da presidente Dilma Rousseff. "Eu me decepcionei, pois não foi cumprida a promessa de demarcar as terras indígenas no Mato Grosso do Sul."

Outro terena, o índio Paulo Vitorino, de 55 anos, reclamou das condições da aldeia enquanto esperava a hora de votar na Escola Municipal Indígena Tumune Kalinovo, onde, além do português, é ensinada às crianças o idioma terena. "Falta condução e um posto de saúde", reclamou. A Marçal de Souza é uma das cinco aldeias indígenas urbanas de Campo Grande, que tem população indígena de cerca de 8,5 mil pessoas. No Estado todo, são perto de 75 mil índios.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2014

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Adolescentes matam indígena por vingança em Dourados

SÍTIO DOURADOS AGORA, 26.10.2014

Três adolescentes foram detidos na tarde de hoje, acusados de matar a golpes de foice o ex-presidiário e indígena Carlos Oliveira Freitas de 19 anos. O fato aconteceu na Aldeia Bororó, próximo da Escola Araporã em Dourados.

De acordo com o boletim de ocorrência, o motivo pelo crime seria vingança. Os menores são netos do cacique Cezário Oliveira Quinhonha de 62 anos, que foi assassinado por Carlos em abril deste ano. Conforme noticiou o Douradosagora, o corpo de Quinhonha foi encontrado por populares num poço, sob folhagens e uma tampa de concreto, numa via na Aldeia Bororó.

Os menores foram detidos, autuados por homicídio e serão encaminhados para a Unei.



Petista é preso por transportar indígenas para votar

SÍTIO ESTADO DE MINAS, 26.10.2014

Campo Grande - O agricultor Denilson de Lima Pinto, de 53 anos, foi preso na manhã deste domingo, 26, transportando indígenas para votar no município de Antonio João, a 396 km de Campo Grande. No carro, um Fiat Uno com adesivos do candidato petista a governador, Delcídio do Amaral, estavam três índios adultos de uma aldeia do distrito de Campestre. Os passageiros levavam santinhos entregues pelo motorista, segundo a Polícia Militar.

Os policiais apuraram que o condutor do veículo seria cabo eleitoral da campanha petista, o que o próprio Denilson negou. Ele disse que era apenas eleitor do PT e havia oferecido uma carona para os índios. O carro tinha documentação irregular e foi apreendido. O suspeito e os índios foram levados a uma delegacia da Polícia Civil. A arregimentação de eleitores no dia da eleição é considerada crime pela legislação eleitoral. Até as 13 horas (horário local), o suspeito continuava detido.



Dilma Rousseff e o PT estão reeleitos. Como fica a Questão Indígena?

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 26.10.2014

Dilma Rousseff e o PT estão reeleitos para mais quatro anos na Presidência da República. Qualquer solução para a Questão Indígena nos próximos anos virá, ou não, do PT. Dilma foi a presidente que menos demarcou terras indígenas na recente histórica democrática do Brasil. A presidente tem dito que as demarcações não podem ser feitas a ferro e fogo como querem os indigenistas.

O discurso, tanto dela, quanto de alguns dos seus ministros, levam a crer que os petistas do Executivo perceberam que ação do indigenismo está ferindo direitos de produtores rurais, boa parte deles pequenos agricultores e até de assentados da própria reforma agrária. Esse entendimento tem feito o Governo frear as demarcações e falar em indenização de agricultores e no envolvimento de outros órgãos nos processos de demarcação.

Em relação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre as regras estabelecidas no caso Raposa Serra do Sol para as demarcações, o Governo também já entendeu que o processo administrativo de demarcação precisa ser revisto, mas titubeia na revalidação da Portaria AGU nº 303.

Por outro lado o PT e Dilma têm se eximido de apresentar soluções práticas ao problema das demarcações restantes. Nos quatro anos em que Dilma Rousseff esteve à frente do Governo com ampla base de sustentação no Congresso Nacional o Governo foi incapaz de enfrentar o lobby indigenista.

Há dois dias, Dilma tornou pública uma carta dirigida aos índios e aos indigenistas na qual ressalta as duas operações e expurgo étnico promovidas pelo seu Governo no Mato Grosso e Maranhão. No texto, Dilma faz várias promessas aos indigenistas que, se cumpridas, podem prejudicar outros milhares de agricultores. Veja [AQUI](#) a íntegra do texto.

Nos próximos anos será necessário pressionar o governo por mudanças no Decreto 1.775, que regulamenta o processo de demarcação, e por mudanças na Constituição Federal que permitam, a indenização dos agricultores rurais que tenham áreas demarcadas pelas Funai.

O resultado das eleições mostram que quase 50% da população brasileira, que votou em Aécio Neves, não quer o PT o poder. As bancadas de oposição no Congresso Nacional estão reforçadas. Governadores de oposição se elegeram em estados onde a crise das demarcações é mais grave, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Paraná.

Mais do que nunca os produtores rurais precisarão de união e força para pressionar o governo.

Denúncias infundadas atrasam atendimento a ribeirinhos da região do Taquari
SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 26.10.2014



Até atendimento odontológico é disponibilizado na ação.

Um dos denunciante, Sabatel, é conhecedor profundo desse trabalho social, já que participou de forma ativa do início das ações, principalmente no Taquari, onde chegou a arrastar barcos para ultrapassar regiões de difícil acesso, para chegar até às colônias e levar assistência a ribeirinhos.

O embarque da equipe que atenderia as famílias residentes nas colônias São Domingos, Bracinho, Cedro, Corixão, Cedrinho e da região do Rio Negro, aconteceria esta noite e o atendimento seria iniciado a partir de segunda-feira, após as eleições.

O programa foi criado há mais de seis anos e teve continuidade com o prefeito Paulo Duarte que, nesta sétima edição, orientou sua equipe a realizá-la após as eleições, justamente para evitar qualquer tipo de conotação política. A Prefeitura informa que o atendimento acontecerá tão logo seja solucionado este impasse.

O programa tem participação de médicos, dentistas, enfermeiras, vacinadoras, assistentes sociais, pedagogas, professoras, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, agentes de Defesa Civil, além de agentes ambientais do Município, que levam os mais diferentes tipos de atendimentos a famílias ribeirinhas que não têm acesso aos serviços públicos disponibilizados na área urbana.

O Povo das Águas tem possibilitado à Prefeitura promover o desenvolvimento comunitário integrado e sustentável nas comunidades das regiões das águas, envolvendo todos os segmentos públicos, sociedade civil organizada e colaboradores para atendimento à população residente em áreas de difícil acesso, por meio de serviços de qualidade, como forma de minimizar as adversidades e proporcionando o exercício da cidadania.

Participam do programa médicos, dentistas, enfermeiras, vacinadoras, assistentes sociais, pedagogas, professoras, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, agentes de Defesa Civil, além de agentes ambientais do Município.



Indígenas caminham até 3 Km para votar em cidade no interior do AM

SÍTIO G1, 26.10.2014

*Dos 45 índios da tribo, 20 irão votar, segundo a polícia.
Índios caminham porque igarapé da cidade secou.*

Assim como no primeiro turno, índios da tribo Giribé, etnia Apurinã, no município de Manacapuru, distante 68 Km de Manaus, irão encarar 3 Km de caminhada para votar para presidente e governador no Amazonas. O percurso seria feito em canoas (embarcações usadas na região), mas a caminhada forçada é resultado do baixo nível do igarapé da comunidade, que vem secando com o fim da cheia no estado.

Para os indígenas, as dificuldades devem ser deixadas de lado para exercício da cidadania. "Mesmo com as dificuldades, vamos ter que cumprir com o nosso papel de cidadão, votando, para que se realizem pelo menos metade das promessas que eles [políticos] fazem pra agente", afirmou o indígena Kinary.

De acordo com a liderança da aldeia, dos 45 índios que moram na tribo, 20 irão votar. "Nós vamos formar dois grupos. O primeiro vai votar de manhã e outro à tarde, pois não podemos deixar a comunidade sozinha", disse o tuxaua Campoarí.

Para o tuxaua apurinã, o direito ao voto deve ser exercido por todos. "Todo mundo tem que votar consciente. Espero que tanto o povo indígena quanto o não indígena possam tomar essa decisão com tranquilidade", destacou.

[Vídeo.](#)



TRE de Roraima estima que 17 mil indígenas devem votar hoje

SÍTIO RADIOAGÊNCIA NACIONAL, 26.10.2014

Segundo o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, o número representa quase 6% do eleitorado roraimense.

Um desses eleitores é Delcídio Wapixana, de 42 anos. Ele vive na comunidade Tabalascada, a cerca de 30 quilômetros da capital Boa Vista. Ele vai votar em uma sessão instalada na escola indígena da comunidade, e espera que a confirmação do voto na urna se transforme em mais saúde para seu povo.

A falta de atenção à saúde é uma das maiores reclamações entre os índios da Tabalascada, mas a educação, na opinião deles, também deixa a desejar.

Atualmente vivem na comunidade Tabalascada cerca de 800 indígenas, a maioria da etnia wapixana. A fonte de renda do povo é a agricultura, principalmente a produção de farinha. Um saco com 25 quilos do produto chega a custar R\$ 250.

Quem não tem ocupação sobrevive com a renda dos programas sociais do governo. Os valores recebidos pelas famílias vão de R\$ 77 até no máximo R\$ 252 por mês.



Aprovada emenda que isenta Terras Quilombolas do ITR

SÍTIO CEDEFES, 26.10.2014

A Câmara dos Deputados aprovou esta semana a emenda que isenta terras quilombolas do Imposto Territorial Rural (ITR). O Imposto previsto na Constituição Federal tem como objetivo tributar a propriedade e posse de bem imóvel rural. Quando tituladas as comunidades quilombolas também passam a ter a obrigação de pagar esse imposto.

Considerado um caso grave, a dívida acumulada pelas famílias quilombolas das Ilhas de Abaetetuba no Pará soma, em nome da sua Associação, mais de R\$ 18 milhões em cobranças do ITR. Esta dívida impede a obtenção da certidão negativa junto à Receita Federal por parte da Associação, necessária ao acesso a políticas públicas.

Por esse motivo, os remanescentes quilombolas ficam impedidos de participar de programas de moradia do governo, ações que beneficiaria 500 famílias das mais de mil que participam da Associação.

A emenda foi aprovada na Medida Provisória Nº 651/14 que trata de matérias tributárias garantindo a isenção do imposto em terras quilombolas e a remissão das dívidas indevidamente cobradas. O documento segue para o Senado Federal e deve ser votado em 06 de novembro. Na sequência partirá para a sanção pela Presidência da República e só então será colocada em execução.

Fonte: -mail de Clever Alves Machado

Encontro discutirá a educação escolar quilombola

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 27.10.2014



Roda de conversa promovida pelo projeto DebatePapo, da Fundação Cultural Palmares, será realizada na próxima quinta (30), em Brasília

A segunda edição do projeto DebatePapo, da Fundação Cultural Palmares (FCP), realizará nesta quinta-feira (30) encontro na Biblioteca Oliveira Silveira da FCP, em Brasília (DF), discutir as adequações na Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) que incorporam a história e cultura africana e afro-brasileira no currículo oficial da educação básica.

O assunto será abordado e ministrado pela quilombola de Conceição das Crioulas (PE) e coordenadora de Regularização de Territórios Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Givânia Silva.

Ela acredita que a organização curricular e a formação de professores precisa ser pensada de maneira que esses processos respeitem a diversidade das populações quilombolas em suas especificidades.

“Um dos lócus desse processo é a formação de professores, seja ela inicial ou continuada, é o fato de que há anos estão em sala de aula sem que esse tema fizesse parte do seu olhar”, explica em seu artigo “Pesquisa em Educação no Território Quilombola de Conceição das Crioulas (PE): Encontros, Trocas e Partilhas de Saberes”.

Saiba mais

Desenvolvido pelo Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (Cnirc) o projeto Debate Papo tem como característica a formação de rodas de conversas com foco na cultura negra. Além de promover o debate, a iniciativa tem como objetivo estimular visitas frequentes do público à Biblioteca Oliveira Silveira, onde acontecerão as sessões, e incentivar a criação de uma rotina de atividades.

A cada encontro são abordados temas como mulheres negras no cinema, jovens negros protagonistas culturais, educação quilombola e a gestão da FCP. O evento é gratuito.

As inscrições podem ser feitas pelo e-mail biblioteca@palmares.gov.br ou por telefone (61) 3424-0168. Os debates possuem lotação máxima de 30 pessoas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2014

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Confira os temas para os próximos encontros:

13/11: Mulheres negras no cinema: debate será ministrado por Edileuza Penha de Souza. A pesquisadora é doutora em educação, tecnologias e comunicação na Universidade de Brasília(UnB), onde leciona as disciplinas: Pensamento Negro Contemporâneo; Etnologia Visual da Imagem do Negro no Cinema).

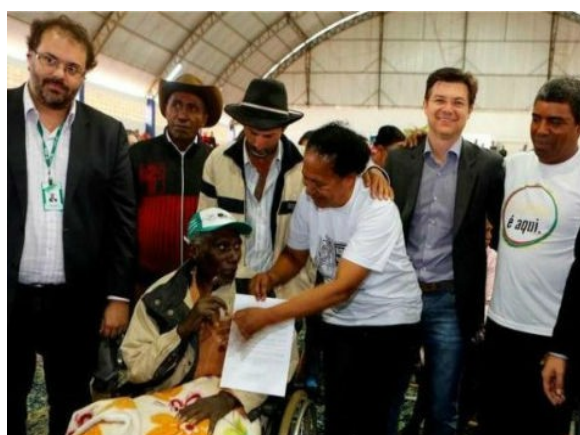
27/11: Jovens Negros protagonistas culturais: Debate será realizado pela graduada em biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri, militante, feminista negra e membro do Grupo de Mulheres Negras do Cariri Cearense – Pretas, Dávila Maria Feitosa da Silva.

Também participará o militante dos Movimentos de Cultura, Juventude e Negro, membro do Fórum de Juventude Negra de Pernambuco (FONJUNE-PE), Douglas Santos da Silva.

Fonte: Fundação Cultural Palmares

Paraná reconhece seu primeiro território quilombola

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 27.10.2014



Depois de 30 anos de resistência, primeiro território quilombola é reconhecido no Paraná

A marca sobre o papel foi motivo de festa para os presentes no ato realizado no Ginásio de Esportes do Município de Reserva do Iguaçu, no Paraná. A assinatura de Carlos Mário de Guedes, presidente Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, reconhece o território tradicional da comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha – Fundão, e sinaliza para a conquista definitiva da terra.

Mais do que um ato simbólico, a assinatura representa o primeiro reconhecimento oficial de um território quilombola no Paraná. Mais de 30 comunidades quilombolas estão com processo de titulação em andamento no estado.

Esse processo antecede o decreto de declaração de interesse social da área (que autoriza as desapropriações privadas) e a desintrusão, etapas necessárias para serem percorridas até que seja possível a titulação da terra como propriedade coletiva. Agora, o Incra do Paraná deverá realizar vistorias de avaliação das áreas hoje ocupadas pela Cooperativa Agrária Agroindustrial Entre Rios, para que então possam ser ajuizadas as ações de desapropriação, com a consequente devolução do território para os quilombolas. Serão regularizados aproximadamente 1,5 mil hectares de terra.

A moradora do núcleo Assentamento (Guarapuava/PR), Ana Maria Santos da Cruz, indica a satisfação da comunidade. "A alegria é tanta que a gente nem está acreditando. São mais de 40 anos de espera para poder voltar para a nossa terra", comemora.

O assessor jurídico da Terra de Direitos, Fernando Prioste, que esteve presente no evento, considera que assinatura dessa portaria é uma grande vitória quilombola no Paraná. "Passados quase 26 anos da promulgação da Constituição Federal, que estabelece o direito dos quilombolas à terra, não há mais espaço para retardar a efetivação de direitos dessas comunidades tradicionais no Brasil", destaca.

"Espera-se que a Presidenta da República assine o decreto que viabiliza a desapropriação do território e que se dê efetivo andamento aos processos de titulação das 37 comunidades quilombolas do Paraná", acrescenta. É possível que o decreto de interesse social da área seja assinado ainda este ano, em 20 de novembro, data que marca o Dia da Consciência Negra.

CONT.



Estiveram presentes no ato a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – SEPPIR, Luiza Barros, e o ministro interino do Desenvolvimento Agrário Laudemir André Müller. Representantes da comunidade Paiol de Telha, da organização Terra de Direitos e de outras entidades de direitos humanos, movimentos sociais e órgãos do Estado também participaram.

O caso Paiol de Telha

Cerca de 300 famílias foram expulsas de forma violenta das terras em 1970, por imigrantes alemães que fundaram no local a Cooperativa Agrária Agroindustrial Entre Rios, uma grande produtora de commodities na região. Os integrantes da comunidade quilombola habitavam o espaço desde 1860, quando 11 trabalhadores escravizados foram libertados pela proprietária da terra, Balbina Francisca de Siqueira, e receberam o território como herança.

Atualmente, os habitantes dessa comunidade tradicional estão divididos em quatro núcleos – Pinhão, Guarapuava, Assentamento e Barranco (localizado às margens da área original) –, vivendo muitas vezes em situação precária. A titulação das terras deve mudar essa realidade, e unificar a comunidade. “A vontade de retomar o território, de viver juntos novamente, é muito grande”, destaca Ana Maria. E completa. “O que está acontecendo é fruto da luta da comunidade, que contou com o apoio de muita gente”.

Um dos primeiros do estado, o processo de titulação do território foi aberto no Incra em 2005. Desde então, vinha caminhando a passos lentos. Em 2013, o caso do Paiol de Telha ganhou visibilidade com o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 de uma ação movida pela Cooperativa Agrária. A ação questiona o processo administrativo para a titulação do território, sob a alegação de que o Decreto 4887/03*, seria inconstitucional.

No entanto, o julgamento dessa ação, realizado em dezembro do ano passado, considerou constitucional esse decreto que regulamenta os procedimentos de titulação de territórios habitados por remanescentes quilombolas.

Fonte: MST

Cacique Terena não vota mais no PT: "Não foi cumprida a promessa de demarcar as terras indígenas", diz
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 27.10.2014



Militante indígena que conheceu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva num dos primeiros congressos realizados pelo PT em São Paulo, a índia terena Enir da Silva Bezerra, não vota mais no partido da presidente Dilma Rousseff. "Eu me decepcionei, pois não foi cumprida a promessa de demarcar as terras indígenas no Mato Grosso do Sul."

Desde 2008, quando foi eleita por voto direto, Enir é cacique da aldeia Marçal de Souza, em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Marçal de Souza é a primeira aldeia indígena urbana do Brasil, tem 720 indígenas moradores, dos quais cerca de 400 são eleitores.

Uma das principais lutas de Enir como cacique da aldeia é pressionar o poder público para a instalação de rede de esgoto, calçadas e centro comunitário.



Conselho Aty Guasu manifesta repúdio sobre decisão do STF que coloca em risco a demarcação de terras indígenas

SÍTIO CEDEFES, 27.10.2014

O Conselho Aty Guasu- a Grande Assembleia Guarani-Kaiowá- reuniu quatro povos do Mato Grosso do Sul, na Terra Indígena de Guyraroká, no dia 23 de outubro. Em carta direcionada ao governo federal, Supremo Tribunal Federal e demais autoridades governamentais, os indígenas manifestaram repúdio frente à decisão da 2ª turma do Supremo sobre a Terra Indígena, Guyraroká, que anula o reconhecimento do Estado à terra ancestral. Os indígenas afirmam que os ministros aceitaram a argumentação dos fazendeiros e não ouviram os povos atingidos com a medida e que a tese do marco temporal acatada pela corte: "é usada de má fé para atacar as comunidades".

Confira na íntegra a carta:

Nós, lideranças Guarani, Kaiowá, Terena e Kinikinau, reunidos na Terra Indígena de Guyraroká, no Grande Conselho da Aty Guasu, anunciamos que estamos organizados e articulados entre quatro povos indígenas junto a todas as aldeias destas etnias no Mato Grosso do Sul. Estamos cansados de esperar décadas e mais décadas pela demarcação de nossos territórios, de sofrer com as condições desumanas causadas pela falta de nossas terras. Não esperaremos mais a demora e o descaso do governo e da justiça nos processos de demarcação. Essa morosidade causa dor de nossos povos e a morte de nossas crianças.

Enquanto esperamos longe de nossos territórios, os ruralistas avançam no Congresso, dominam o Poder Executivo e agora influenciam o Judiciário. Anunciamos que enquanto as demarcações seguirem paradas, iremos retomar nossos territórios, pois não aceitamos os desmontes de nossos direitos e necessitamos viver. Demonstramos aqui nosso descontentamento e total repúdio em relação à decisão da 2ª do Supremo Tribunal Federal (STF) para Guyraroká.



Sem escutar nosso povo, de maneira autoritária, os ministros aceitaram argumentação dos fazendeiros, ignoraram nossos direitos e fizeram retroceder uma vida de espera de nossos velhinhos. O marco temporal hoje é usado de má fé para atacar nossas comunidades. Não somos a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Este marco representa para nós um decreto de guerra e de extermínio contra nosso povo. Trata-se de uma afronta a nossa história. Estamos sendo punidos por sermos vítima de um processo de violência e retirada de nosso povo de nosso território ancestral. Isso nos causou migrações forçadas e dolorosas.

CONT.



Mensagem da XX Assembleia do Cimi Regional Goiás-Tocantins

SÍTIO CIMI, 27.10.2014



A resistência do cerrado e a força do rio Tocantins é fonte de inspiração, resistência e luta dos povos indígenas e populações tradicionais, que, fortalecidos em suas culturas e espiritualidades, continuam a resistir contra esses projetos que ameaçam suas culturas e territórios.

É por esta resistência, transformada em luta, rito e esperança em defesa da Mãe Terra e de tudo quanto ela representa e pela força da palavra de Deus, que nos anima a não desistir, que, o Cimi Regional Goiás – Tocantins, na sua XX Assembleia Regional

reflete, celebra e agradece ao Deus da Vida e da História esta ousadia milenar.

Constatamos nas falas firmes e cheias de sabedoria dos indígenas presentes, que, mesmo com o avanço e pressão da urbanização e cultura ocidental nos povos e culturas indígenas, eles continuam a reinventar, reconstruir e recriar-se constantemente para manter suas culturas e tradições vivas e fortes.

A resistência é uma estratégia ancestral que serve para defender-se dos inimigos históricos, que sempre e de diversas formas tem ambicionado seus territórios.

Por esta razão e animados na força do Espírito, e do testemunho e compromisso profético de Dom Tomás Balduino, que sempre animou e impulsionou a caminhada do nosso regional, continuaremos firmes na defesa dos projetos de futuro dos povos indígenas.

Apoiamos o legítimo direito de reivindicação do povo Avá-Canoeiro ao território, que garante sua sobrevivência física e cultural, e exigimos que o Ministério da Justiça conclua em caráter urgente o processo de demarcação da Terra Indígena Taego Awá no estado do Tocantins.

Solicitamos que o governo federal resolva o problema de revisão de limites do povo Tapuia no estado de Goiás e do Apinajé no Tocantins, assim como também, o conflito fundiário dos povos Kanela do Tocantins e Krahô-Kanela.

Defendemos a autonomia e protagonismo dos povos indígenas e exigimos que o governo federal respeite e cancele os projetos da UHE-Serra Quebrada, a UHE-Perdida II, a UHE-Rio

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2014

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Sono; assim como também, o asfaltamento da TO-010, da TO-126 e da TO-500, que vão afetar seriamente a vida, cultura e territórios dos povos indígenas, os quais são inconstitucionais.

Exigimos a anulação da PEC 2015, a revogação da Portaria 303 e de todas as proposições legislativas que são um retrocesso histórico na defesa dos direitos indígenas e uma ameaça aos direitos garantidos constitucionalmente.

Denunciamos todo tipo de cooptação de lideranças indígenas por parte de funcionários públicos que, abusam de seus cargos para amedrontar, controlar e manipular em favor de interesses alheios e em desfavor das comunidades, principalmente no âmbito da política de atendimento a saúde indígena.

Contribuiremos permanentemente para que os povos indígenas continuem a fortalecer suas alianças com os camponeses, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco e sociedade envolvente, a fim de, defender seus direitos e territórios da cobiça, da exploração e mercantilização de todos os bens e riquezas que existem nas suas terras.

Mesmo que os adversários dos povos indígenas insistam em destruir os direitos já garantidos destes povos milenares, continuamos firmes e confiamos na força do Senhor da História, e como diz o profeta da esperança, Dom Pedro Casaldáliga: "Quanto mais difícil o tempo, mais forte deve ser a ESPERANÇA".

Miracema do Tocantins, TO, 23 de outubro de 2014.



Fazendeiro ameaça comunidade quilombola na Matinha
SÍTIO CEDEFES, 27.10.2014

Cerca de 20 famílias da comunidade quilombola de São José de Bruno, localizada em Matinha, no estado do Maranhão, estão sendo ameaçadas e intimidadas por um fazendeiro local. O fazendeiro colocou um homem armado na região para pressionar os membros da comunidade a saírem das terras restantes.

Há cerca de três meses, um fazendeiro local invadiu parte do território da comunidade São José de Bruno, desmatou e cercou parte da área e soltou seu gado ali, impedindo que algumas das famílias mantivessem seus cultivos na área. Após diversas tentativas, por parte da comunidade, de protestar contra as ações ilegais do fazendeiro, ele contratou um homem armado para patrulhar a região.

O fazendeiro também ameaçou verbalmente alguns membros da comunidade e disse que pretendia tomar as terras, que pertenciam a ele e que "isso poderia até mesmo resultar em mortes".

São José de Bruno é o lar de cerca de 20 famílias e já foi oficialmente reconhecida como território quilombola em setembro de 2013. Em dezembro de 2013 o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) formalmente reconheceu o direito da comunidade à terra, uma área de cerca de 380 hectares.

Os moradores de São José de Bruno dizem que denunciaram as ameaças contra a comunidade no passado e a recente presença de um homem armado às autoridades locais e à polícia. Entretanto, não houve resposta ou ação das autoridades. Em setembro de 2014, a comunidade registrou um boletim de ocorrência na delegacia de polícia local. Semana passada, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais também entrou com uma petição requerendo que o estado tomasse providências para proteger as terras da comunidade contra invasões.

A presença de um homem armado criou uma atmosfera de medo e intimidação que tem sido agravada pela falha do estado para responder ao apelo da comunidade por proteção.

Conflitos por terra e ameaças de violência e ataques contra comunidades rurais e quilombolas são frequentes no estado do Maranhão. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, cinco líderes rurais comunitários já foram mortos em 2014 como resultado de conflitos por terra no estado.

Fonte: Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges

Justiça Federal suspende ampliação da Terra Indígena Manoki-Irantxe, no Mato Grosso

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 28.10.2014



Ampliação da TI Manoki inclui imóveis certificados e parte de um assentamento da reforma agrária

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou a suspensão da liminar que obrigava a Funai a concluir o processo de ampliação da Terra Indígena Manoki, no Mato Grosso. A decisão do Desembargador Federal Jirair Meguerian, do último dia 20 de outubro, considerou temerária a determinação de conclusão do processo administrativo, inclusive com a publicação do decreto presidencial de homologação da terra indígena, uma vez que a Funai está impedida, por várias decisões judiciais, de dar prosseguimento ao processo.

A Terra Indígena Manoki, localizada no Município de Brasnorte, foi criada pelo Decreto Presidencial n. 63.368/1968 com 45.555 hectares. Mas os indigenistas da Funai alegam que a demarcação original não representaria as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, além de apresentarem condições naturais impróprias, diversas do habitat original dos Manoki. Um novo processo administrativo foi aberto na tentativa de ampliar a área originalmente demarcada para 250 mil hectares incluindo vários imóveis rurais privados e parte de um assentamento da reforma agrária.

No último mês de abril o Ministério Público Federal conseguiu uma liminar que obrigava a Funai e a União a concluir o processo de demarcação. Veja aqui. Essa decisão foi agora suspensa pela Justiça Federal.

Reserva Indígena de Dourados têm déficit de 1,7 mil moradias dignas

SÍTIO DOURADOS AGORA, 28.10.2014

A cidade de Dourados, que concentra a mais populosa reserva indígena do Brasil, tem déficit de 1,7 mil casas. A maioria das famílias vive em péssimas condições de moradia, sob barracos de lona, sem saneamento básico e água potável, já que a reserva passa por desabastecimento.

De acordo com relatório apresentado por entidades ligadas à questão indígena, até 2012, o déficit habitacional era de 1.450 casas, hoje este número subiu para 1,7 mil. O documento leva em conta que são 3,1 mil famílias que habitam as aldeias.



Indígena Sebastiana Fernanda mora no barraco com dez filhos. Foto - Marcos Ribeiro

No entanto, apenas 1.200 casas foram construídas através de projetos habitacionais em anos anteriores. Outras 200 famílias ergueram moradias com recursos próprios, totalizando 1,4 mil casas na Reserva. Em barracos de lona ou sapé, mães criam os filhos em condições precárias. O calor extremo, o frio e a sede constante são os desafios da comunidade.

De acordo com o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando de Souza, o fator preocupante é que em situações precárias de moradia, a vulnerabilidade em relação à saúde de crianças e idosos aumenta. A indígena Sebastiana Fernandes mora há seis anos num barraco de lona com os 10 filhos. São crianças de dois a 16 anos. Ela diz que não está cadastrada em nenhum programa social porque nunca foi procurada por nenhuma instituição e não sabe como se cadastrar. Ela diz que criar os filhos em barraco é um desafio constante. Conta que foi abandonada pelo marido e que de lá para cá só tem esta alternativa.

A indígena caiuí-terena, Luciana Aparecida Reginaldo, de 28 anos, sempre viveu em barracos de lona, desde criança até agora, depois que se casou e teve os dois filhos. Ela diz que os piores dias são os de chuva. "A água entra e inunda tudo. Molha comida e roupas", destaca.

Ela diz que a família sempre viveu dos "bicos" que o marido consegue como servente de pedreiro. "Dá para garantir o alimento diário, mas não o conforto que gostaria de oferecer às minhas crianças. Sem uma casa é tudo mais difícil. Passamos frio e para nos esquentar tenho que fazer fogo dentro do barraco, muitas vezes arriscando a nossa vida com a fumaça", conta.

O indígena Anderson Ferreira Cabreira, de 21 anos, é vítima do confinamento. Contou recentemente ao Douradosagora que o pai se matou quando ele era criança, devido aos

CONT.



problemas de falta de estrutura na Reserva. A mãe dele, também vítima da miséria vivida pela comunidade, morreu há alguns anos. Ele hoje trabalha e busca uma forma de melhorar a vida. Diz que nunca conseguiu se cadastrar em programas sociais de habitação e que a casa de eternite e lona foi a única alternativa.

Só no papel

Um projeto entre a Prefeitura de Dourados e Fundação Nacional do Índio (Funai), que garantiria 440 novas casas para a aldeia de Dourados ficou só no papel. Seriam 200 casas para a aldeia Bororó, 200 para a Jaguapiru e 40 para a do Panambi.

Conforme Fernando de Souza, durante todo o ano passado, foram elaborados projetos que contemplassem os requisitos para participar do Programa do Ministério das Cidades para as aldeias do Brasil.

“Discutimos com a comunidade um modelo de casa que levasse conforto e ao mesmo tempo preservasse a cultura indígena. A Prefeitura, em conjunto com a Funai, enviou toda a documentação a Brasília. O projeto foi aprovado e aguarda liberação dos recursos para o início das obras”, explica.

Gilberto Carvalho diz que o próximo governo de Dilma Rousseff precisa acelerar as demarcações de terras indígenas

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 28.10.2014



O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, admitiu que seu partido, o PT, cometeu erros nos últimos anos e disse que a legenda está fazendo uma autocrítica. Após a reeleição de Dilma Rousseff, Carvalho disse que é preciso que o Governo se reaproxime dos movimentos sociais.

Nós temos um projeto vitorioso que acaba de ser confirmado por milhões de votos. O que eu chamo de autocrítica são alguns elementos como a questão do diálogo com movimentos sociais, com a sociedade, que nós temos que aprimorar. O atendimento à demanda dos excluídos que nós temos que acelerar, eu cito a questão dos indígenas que nós temos que acelerar essa reforma agrária, entre outras coisas, disse hoje à Agência Brasil.

Gilberto Carvalho é o centro do indigenismo do Governo Dilma Rousseff. O ministro, que é responsável pelo contato com os movimentos sociais, trouxe para o Governo o indigenista Paulo Maldos e sua ex mulher, a antropóloga Marta Azevedo, que ocupou a presidência da Funai de 2012 a junho de 2013. Gilberto Carvalho e Paulo Maldos coordenaram pessoalmente as duas operações de limpeza étnica levadas a cabo pelo Governo no Mato Grosso e Maranhão.

A declaração de Gilberto Carvalho vai ao encontro da Carta Aberta divulgado pela própria Dilma Rousseff dois dias antes de sua reeleição. Na carta, Dilma se compromete a engavetar a PEC 215, fortalecer a Funai e implementar a Convenção 169 da OIT. No texto, a presidente também exalta as duas operações de limpeza étnica feitas pelo Governo sob a coordenação de Gilberto Carvalho. Clique [AQUI](#) e confira a carta na íntegra.

Com informações da Agência Brasil e foto de Marcelo Camargo, também da Agência Brasil.
Escrito por Questão Indígena



Governo entrega títulos de terra a famílias de áreas remanescentes de quilombos da Baixada Maranhense

SÍTIO CASA CIVIL DO MARANHÃO, 28.10.2014

Duas tradicionais comunidades quilombolas da Baixada Ocidental maranhense foram beneficiadas pelo Governo do Estado com Títulos de Reconhecimentos de Domínio, atendendo 137 famílias em áreas ocupadas de 1.003 hectares. Os documentos foram entregues pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), que é vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (Sedes).

Na oportunidade foram agraciadas as comunidades remanescentes de quilombo São Felipe, que reúne 72 famílias numa área total de 679 hectares, sendo que 402 hectares estão situados no município de Viana e o restante em Matinha. Também foi beneficiada a comunidade Jacuíca, em Matinha, com 65 famílias numa área de 323 hectares.

A solenidade de entrega dos documentos, ocorrida na Associação Comunitária dos Agricultores e Agricultoras dos Moradores de Jacuíca, reuniu centenas de trabalhadores rurais da região e teve presença do presidente do Iterma, Luiz Alfredo Soares, que representou a governadora Roseana Sarney. Também participaram o prefeito de Viana, Francisco Gomes, e o secretário de Agricultura de Matinha, Julervan Belfort, que representou o prefeito.

Os diretores do Iterma, Levi Alves e Luiz Augusto Martins, os presidentes das associações comunitárias contempladas com os títulos, Taniela Sousa e Gilson Penha, presidentes de sindicatos rurais, secretários municipais e lideranças políticas e rurais também participaram do ato.

De acordo com o presente do Iterma, Luiz Alfredo, as ações de regularização fundiária nas Áreas Remanescentes de Quilombos já beneficiaram 3.216 famílias com 51 títulos comunitários, totalizando uma área de 24.045,1702 hectares, distribuída em 17 municípios, destacando Matinha, Pedro do Rosário, Viana, São Vicente Férrer, Icatu e Olinda Nova do Maranhão. "A questão quilombola sempre foi uma prioridade no governo Roseana Sarney", afirmou.

O diretor de Recursos Fundiários de Iterma, Luiz Augusto, lembrou que essas terras estão incorporadas ao patrimônio do Estado e que o título de domínio representa a segurança jurídica do quilombo. "Essa é mais uma solenidade de entrega de títulos de terra, simples e muito valiosa, programada pelo Instituto de Terras", ressaltou Luiz Augusto.

O diretor de Assentamento do Iterma, Levi Alves, experiente técnico oriundo do Incra, destacou que o Governo do Maranhão vem participando dos Planos Nacionais pela Reforma Agrária, com metas significativas de assentamento de trabalhadores rurais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2014

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Essa ação de assentamento, segundo ele, envolve serviços de eleição de áreas, organização de trabalhadores, cadastramento de famílias com utilização do Sistema de Informação dos Projetos da Reforma Agrária (SIPRA), possibilitando o acesso às políticas públicas destinadas à reforma agrária. "Nos dois últimos anos, o Iterma criou 18 novos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária", disse.

Liderada pela presidente da Associação do Jacuíca, Taniele Sousa, a solenidade foi encerrada com foguetes e tambor de crioula. "Esta é a nossa maneira de agradecer", finalizou.



Mantida liminar que impede financiamento em área de quilombolas

SÍTIO JUS ECONÔMICO, 28.10.2014

TRF2 mantém liminar que impede financiamento de projeto em área de quilombolas no ES

A Quinta Turma Especializada do TRF2 negou pedido da maior empresa brasileira de celulose e papel, que pretendia cassar liminar proibindo o BNDES de financiar projeto da empresa no Espírito Santo, em terras que abrigam comunidades quilombolas, protegidas por lei. A Fíbria Celulose S/A é acusada pelo Ministério Público Federal de fraude na obtenção da área que, supostamente, serviria à plantação de eucaliptos, usados na produção da sua matéria-prima. Segundo o órgão, no início da década de 1970, antigos funcionários da empresa teriam se habilitado como se fossem pequenos agricultores junto ao governo estadual capixaba, a fim de conseguirem títulos de domínio de terras devolutas. Em seguida, segundo o MPF, esses empregados teriam transferido as glebas localizadas entre Conceição da Barra e São Mateus para a Fíbria.

Nos termos da liminar da primeira instância, além de o BNDES estar impedido de financiar a plantação de eucaliptos, os terrenos que teriam sido objeto de fraude deverão ficar indisponíveis. Segundo informações do processo, os contratos de financiamento com o banco público naquela área ultrapassam os R\$ 5,3 bilhões. O mérito da causa ainda será julgado pela Justiça Federal de primeiro grau.

A Fíbria Celulose S/A foi criada a partir da fusão, em 2009, da Aracruz e da Votorantim Celulose e Papel. Conforme dados da agência de avaliação Bloomberg, sua capacidade de produção industrial é a maior do país, ultrapassando os cinco milhões de toneladas de celulose por ano.

A manutenção da liminar foi decidida pela Quinta Turma Especializada em dois agravos: além da empresa, o próprio BNDES apresentou recurso no TRF2, alegando que a operação financeira incluiria a disponibilização de uma linha de crédito para a Fíbria de cerca de R\$ 167,7 milhões, para restauração, até 2019, de 21 mil hectares de mata atlântica na Bahia, no Espírito Santo e em Minas Gerais. Para o BNDES, a manutenção da medida acarretaria risco de dano ambiental irreparável.

A Lei Estadual 5.623, de 1998, reconhece, no Espírito Santo, a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, um direito previsto pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Em seu voto, o relator dos agravos, desembargador federal Ricardo Perlingeiro, lembrou que a acusação de fraudes na obtenção das terras foi o foco de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e que há nos autos documentos que mostram indícios da "conduta suspeita dos funcionários ao transferirem seus direitos à empresa".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2014

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Ricardo Perlingeiro rebateu o argumento da Fíbria de que não haveria estudos conclusivos sobre o seu projeto envolver áreas ocupadas por comunidades de descendentes de escravos: "As informações prestadas pelo Incra já permitem identificar a sobre posição das áreas quilombolas e exploradas pela agravante", esclareceu o magistrado, para quem a urgência da liminar se justifica, entre outros motivos, com o fato de que não há prova de que a empresa teria condições de devolver aos cofres públicos o total do empréstimo, caso o julgamento de mérito seja favorável ao Ministério Público Federal.

Além de Ricardo Perlingeiro, a Quinta Turma Especializada é integrada por seu presidente, o desembargador federal Aluisio Mendes, e pelo desembargador federal Marcus Abraham. Ainda em seu voto, o relator ressaltou que a liminar expressamente suspendeu apenas o financiamento destinado ao plantio de eucalipto e à produção de celulose, não atingindo os recursos voltados para a restauração florestal e o cumprimento da legislação florestal.

proc. 0100476-63.2014.4.02.0000

Fonte: TRF2